

convocam embaixadores dos países endividados

Brasília — Os Ministérios da Relações Exteriores da França, Canadá e Grã-Bretanha convocaram os Embaixadores do Brasil, Argentina, Venezuela, Colômbia, México, Equador e Peru, nos próximos dias (as datas ainda não foram marcadas), para analisar o texto final do encontro dos governantes dos sete países mais industrializados, segundo revelou, ontem, o porta-voz do Itamarati, Ministro Bernardo Pericás. Ele entende que isso significa um exemplo do diálogo existente entre os países credores e devedores, que não pode ser esgotar na reunião de cúpula realizada em Londres, na semana passada.

Na opinião do porta-voz do Itamarati, a declaração final, assinada pelos Governos da Grã-Bretanha, Alemanha Federal, Estados Unidos, Itália, Japão, França e Canadá, não causou surpresas. "É comum esse tipo de documento contendo recomendações e intenções desse grupo de países. Certas questões levantadas pelos países devedores foram, de alguma forma, acolhidas pelos ricos", frisou.

Bernardo Pericás apresentou dois exemplos para essa conclusão: no primei-

ro, o fato de que os países latino-americanos devem efetuar modificações de política econômica-financeira, considerando suas questões internas de ordem política e social: no segundo caso, o que Pericás classifica como um "aspecto positivo" é o fato de que as dívidas externas e as dificuldades econômicas enfrentadas pelos países latino-americanos forma "longamente debatidas e mereceram extenso tratamento em Londres".

"Essa Declaração de Londres representa uma espécie de mínimo denominador comum dos países industrializados. Não é plenamente satisfatória, mas, de nosso lado, entendemos as circunstâncias em que foi produzida. No início da conferência, houve algumas declarações que não entraram no texto final, o que significa um progresso, pois, no começo do encontro de cúpula, algumas posições eram bem menos favoráveis", ressaltou o porta-voz.

Conforme argumentou Pericás, o fato de a carta dos sete países devedores — enviada às nações ricas alertando para a necessidade de condições mais suaves de renegociação da dívida externa latino-americana — não ter incluído a Repúbli-

ca Dominicana, Chile ou Bolívia não significa que houve uma intenção deliberada de excluí-los.

Ele afirmou que foi tudo uma questão de urgência e que a centralização dos trabalhos de redação da carta não coube ao Brasil. Na época, o Chanceler Saraiva Guerreiro estava envolvido com a viagem da comitiva presidencial à China e Japão.

Bernardo Pericás não quis comentar a decisão argentina de negociar com o FMI em condições diferentes das praticadas pelo Brasil. Também afirmou ser impossível antecipar as condições que serão estabelecidas na reunião de Cartagena, entre os devedores, marcada para os dias 21 e 22. Explicou ainda que o Itamarati, até agora, desconhecia as informações atribuídas por um jornal paulista ao Ministro Delfim Neto, no último domingo, dando conta de que Brasil, há três meses, já sabia que teria condições semelhantes às do México para renegociar seus compromissos externos.

Leia Editorial "Base Moral"